



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640277 - RJ (2021/0014407-2)

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : ERICKSON BEZERRA DE OLIVEIRA  
**ADVOGADO** : CELSO SILVA DA CRUZ - RJ066281  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : ERICKSON BEZERRA DE OLIVEIRA (PRESO)  
**CORRÉU** : CARLOS WESLEY DA COSTA GOMES  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ERIKSON BEZERRA DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (*Habeas Corpus* n. 051661-18.2020.8.19.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente e denunciado pela prática em tese do crime previsto no art. 157, § 2º, II, c/c o art. 69 (duas vezes) do Código Penal.

O impetrante sustenta a ilegalidade da prisão preventiva por excesso de prazo, ao argumento de que efetivada em 11/2/2018, bem como pela inidoneidade de seus fundamentos.

Requer, liminarmente, a liberdade provisória do paciente. No mérito, pugnam pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, o impetrante não juntou aos autos a cópia do decreto prisional expedido no primeiro grau de jurisdição e nem o respectivo mandado de prisão com a data de seu efetivo cumprimento.

Aliás, sobre esse aspecto, diferentemente do que alega o impetrante, o acórdão impetrado menciona que a custódia preventiva do paciente foi determinada em 14/11/2019, haja vista o descumprimento de medidas cautelares diversas da prisão.

A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência